

INSTITUTO FEDERAL
RONDÔNIA

ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO





EQUIPE RESPONSÁVEL PELA 1ª VERSÃO:

Sheylla Chediak (Presidente)
Ana Claudia Oliveira da Silva
Fernanda Dias da Silva
Gedeli Ferrazzo
Kariston Dias Alves
Lívia Catarina Matoso dos Santos
Monnike Yasmin Rodrigues do Vale
Suzana Rocha de Souza Azevedo

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO:

Sheylla Chediak (Pró-reitora de Ensino)
Gisele Caroline Nascimento dos Santos (Coordenação de Ensino Técnico - CENTEC)
Roseni Santos Rodrigues (Assessoria de Biblioteca)
Sandra Santos da Costa (Diretoria de Desenvolvimento do Ensino - DDE)

ORGANIZADORAS

Gedeli Ferrazzo
Sheylla Chediak

Ficha catalográfica

O69

Orientações básicas para elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do Ensino Médio Integrado / Gedeli Ferrazzo, Sheylla Chediak (orgs.). - Porto Velho-RO, IFRO, 2023.

46 p. : il.

1. Projeto Pedagógico de Curso. 2. Revisão. 3. Atualização. 4. Orientações. 5. IFRO. I. Gedeli Ferrazzo (org.). II. Chediak, Sheylla (org.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

CDD: 371.207

Bibliotecária Responsável: Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916 (Reitoria)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	06
1.1 Contextualização dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	06
2 ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS	11
2.1 O Ensino Médio Integrado	11
2.2 O Ensino Médio Integrado será politécnico	12
2.3 O trabalho como princípio educativo e a formação do estudante no EMI	13
2.4 O princípio da integração e a importância da formação continuada na instituição	14
2.5 Educação Inclusiva	17
3 ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS	19
3.1 Formação da comissão	19
3.2 Fluxogramas dos processos de reformulação de PPC	20
3.3 Base legal	21
4 ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DEMOCRÁTICO	23
4.1 O trabalho de reformulação dos PPCs	23
4.1.1 Diagnóstico da realidade	23
4.1.2 Definição do perfil do egresso	25
4.1.3 Objetivos do curso	25
4.1.4 Matriz Curricular	26
4.1.5 Estágio	30
4.1.6 Metodologia	31
4.1.7 Avaliação	32
4.2 Modelos instrumentais	34
4.2.1 Plano de Trabalho	34
4.2.2 Instrumento de avaliação do PPCs	34
4.2.3 Planilha para o planejamento integrado	35
4.2.4 Modelo de Plano de Ensino	36



SUMÁRIO

5	ETAPAS DESENVOLVIDAS.....	37
	5.1 Momentos Formativos.....	37
	5.2 Elaboração das Orientações e Diretrizes para a Reformulação dos PPCs.....	38
	5.3 Análise SWOT dos PPCs do EMI.....	39
	5.4 Definição do Perfil do Egresso.....	40
	5.5 Planejamento dos Conteúdos Estruturantes.....	41
	5.6 Avanço nas discussões e reflexões sobre o Perfil do E.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

Anexo 1 - Fluxograma do processo de reformulação dos PPCs

Anexo 2 - Base legal

Anexo 3 - Modelo do PPC

Anexo 4 - Roteiro para analisar os processos de trabalho

Anexo 5 - Modelo de Plano de Trabalho

Anexo 6 - Instrumento de avaliação do PPC

Anexo 7 - Planilha para o planejamento integrado

Anexo 8 - Modelo de Plano de Ensino



APRESENTAÇÃO

Esse documento tem como objetivo orientar o processo de elaboração ou reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio no âmbito do Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Entendemos que a formulação de uma proposta pedagógica deve ultrapassar as finalidades estritamente burocráticas ou pautadas no simples agrupamento de ementas e planos de ensino, partimos do pressuposto que o projeto pedagógico é um instrumento vivo e dinâmico, que deve representar a nossa realidade social, econômica e cultural, bem como expressar as contribuições dos cursos para o desenvolvimento regional.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que estabelece as concepções pedagógicas, filosóficas, metodológicas para os cursos IFRO, deve ser utilizado como complemento a este documento, além das Diretrizes Indutoras para o Ensino Médio Integrado (EMI) e o Currículo de Referência para o EMI.

Esse guia apresenta orientações básicas, como as etapas de (re)formulação do PPC, instrumentos e possibilidades de oficinas para condução do processo de modo participativo e formativo pelas comissões de trabalho. Por considerar regulamentos vigentes, é necessário revisá-lo sempre que houver alteração nas normativas.

Desejamos a todos/as um rico processo formativo!

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contextualização dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio no IFRO

A história da educação no Brasil e, mais especificamente, do Ensino Médio é caracterizada pela dualidade educacional, entre um modelo de ensino preparatório para os estudos superiores e a formação imediata para o mercado de trabalho. Verifica-se que até o início da década de 1990, o Ensino Médio de educação geral destinava-se à elite, cabendo aos jovens trabalhadores o Ensino Médio profissionalizante.

Todavia, as mudanças ocorridas no âmbito das relações de trabalho, a partir da reestruturação produtiva do capital, na esteira das políticas do Banco Mundial para os países pobres, influenciaram significativamente as políticas de universalização da educação básica. Nesse contexto, a partir da década de 1990, o Ensino Médio passa a ser concebido, não mais como etapa de preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas para a vida, com uma formação genérica e flexível. Nessa direção, o Decreto n.º 2.208/1997 fomentou a desvinculação da educação geral e profissional no Ensino Médio, dilacerando o escasso Ensino Médio Integrado (EMI) existente no período, em grande parte ofertados pela rede dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Somente em 2004, é sancionado o Decreto n.º 5.154/2004 que possibilita a articulação entre educação geral e profissional mediante a modalidade “Ensino Médio integrado”. Em 2008 o governo federal institucionaliza a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), sancionando por meio da Lei n.º 11.892/2008 a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tendo como proposta:

A possibilidade de integrar a formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da luta de classes. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 35).

É nesse contexto que o IFRO surge, como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede de 105 anos, com origem no Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo ato, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

Para tanto, os projetos pedagógicos foram organizados tendo por base “a sistemática de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional definida pela Resolução CEB/CNE 1/2005 e os princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Rondônia, pautados numa educação significativa” (IFRO, 2010).

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio realizados de forma integrada com o Ensino Médio, terão suas cargas horárias totais ampliadas para um mínimo de 3.000 horas para as habilitações profissionais que exigem mínimo de 800 horas; de 3.100 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.000 horas e 3.200 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.200 horas (Brasil, 2005).

À luz da Resolução CEB/CNE 1/2005, os cursos apresentavam uma organização curricular com um período de integralização de 4 anos e carga distintas conforme habilitação profissional.

Ocorre que as pressões político-econômicas, para a elevação do Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), promovida pelos organismos multilaterais internacionais na condução da agenda educacional brasileira, fomentaram questionamentos sobre o período de integralização do Ensino Médio Integrado (EMI). Nessa direção, a partir da publicação da Resolução CNE/CEB n.º 6/2012 que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as instituições no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) são pressionadas a reformularem seu currículo, tendo em vista um período de integralização de 03 anos e a possibilidade de 20% da carga horária curricular em atividades não presenciais.

Além desse normativo legal, outro fator que corroborou com tal discussão, se deve aos questionamentos e recomendações dos órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas da União (TCU), quanto ao índice de evasão nos cursos ofertados pelos IFs. E por fim, como corolário dessa discussão, o valor do repasse financeiro, condicionado à Matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que resulta no valor investido por estudante independente do tempo de integralização curricular, ou seja, o valor de repasse é o mesmo para o EMI com duração de 3 anos e 4 anos.

Nesse contexto é que diversos IFs implementaram ações de reestruturação do currículo do EMI, com foco na revisão do tempo de duração dos cursos e na carga horária. No âmbito do IFRO, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) iniciou o processo de reorganização da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio em 2013, acompanhado do processo de implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Assim, no período de 2014 a 2016 procedeu-se no processo de reformulação dos PPCs do EMI, tendo como orientação da instituição a 1) reestruturação curricular para um período de integralização de 03 anos, a 2) parametrização das ementas que compõem a matriz curricular e a 3) inserção de 20% do currículo em Atividades Não Presenciais (ANPs).

Figura 1 - Linha do tempo do EMI - IFRO



Fonte: elaborado pela comissão, 2022.

Vale salientar que, a reformulação dos projetos pedagógicos no âmbito do IFRO foi despida de uma discussão democrática, seja pelos entraves de ordem temporal como burocrático, as reformulações promovidas visaram meramente atender ao quantitativo mínimo da carga horária estabelecida pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, sem necessariamente, expressar a organização do trabalho pedagógico em sua totalidade.

Tal reestruturação, resultou na redução do período de integralização curricular de 4 anos para 3 anos e, conseqüentemente, no aumento significativo dos componentes curriculares por ano letivo e na ampliação da jornada escolar semanal.



É consenso entre a comunidade escolar que a redução do tempo de integralização do EMI tem impactado nos índices estatísticos de evasão e, conseqüentemente, na eficiência acadêmica da instituição, conforme é possível acompanhar na Plataforma Nilo Peçanha e até mesmo no cotidiano escolar.

No entanto, não podemos apenas considerar a elevação dos índices estatísticos de permanência e êxito escolar (dados de certificação por ciclo), o qual desconsidera todo o processo educativo e é incapaz de avaliar a formação integral, bem como as condições de permanência dos estudantes, quanto se impõem novos tempos e espaços para a execução plena do itinerário formativo.

Além do aumento significativo do número de componentes curriculares, a operacionalização do calendário acadêmico no cumprimento aos 200 dias letivos, em um período de integralização curricular de 03 anos, somados à realização das atividades extracurriculares, exige dos estudantes a permanência na instituição em um período integral. O que na prática tem implicado na ampliação da jornada escolar semanal, intensificado as horas em sala de aula dos estudantes, além da necessidade do cumprimento das atividades complementares de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Diante do evidenciado, na contextualização histórica de constituição do EMI no IFRO, emerge a necessidade de um planejamento da atividade educativa de forma coletiva e democrática, que potencialize a concretização da integração curricular e que esteja alinhado com a realidade sociocultural e econômica dos campi, possibilitando de fato uma formação politécnica e omnilateral dos estudantes.

2 ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Essa seção é um recorte das Diretrizes Gerais para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO. Recomendamos, portanto, que o documento seja lido e discutido na íntegra com os membros das comissões formadas para esse fim.

2.1 Ensino Médio Integrado

O Ensino Médio Integrado tem como base de sua organização curricular a integração entre a educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Assim, integrará a formação geral a itinerários formativos que tenham por objetivo o desenvolvimento da autonomia intelectual e ética e a preparação dos jovens para o exercício de funções técnicas e tecnológicas, tendo como princípios:

- as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas, contextualizando-os em sua dimensão histórica e em relação à complexidade da sociedade contemporânea;
- o trabalho como princípio educativo, pela compreensão das necessidades sociais de desenvolvimento de competências para a vida social e produtiva, nessa etapa de desenvolvimento;
- a pesquisa como princípio pedagógico, possibilitando que o estudante possa ser protagonista na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos;
- os direitos humanos como princípio norteador da organização curricular, desenvolvendo-se a educação de forma integral e integrada;
- a sustentabilidade socioambiental como meta universal, desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente.

2.2 O Ensino Médio Integrado será politécnico

Por politecnia entende-se o domínio intelectual da técnica que define a possibilidade de transformação, pela recomposição de processos sociais e de trabalho de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de uma formação apenas teórica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exercendo autonomia intelectual e ética (KUENZER, 2005).

Nessa concepção, politecnia não significa dominar todas as tecnologias, mas sim as relações entre elas, entre teoria e empiria, entre trabalho intelectual e atividade prática, na perspectiva da reconstrução do que é conhecido no transcurso do movimento da história.

A politecnia é mais que a soma de partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do que já se conhece, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida (KUENZER, 2005).

A politecnia supõe a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a compreender plenamente. É um método de produção do conhecimento, que articula teoria e prática, parte e totalidade, disciplinaridade e inter/transdisciplinaridade. É a capacidade de pensar teoricamente a realidade, para o que será preciso abstrair, deduzir leis construindo explicações a partir da identificação de regularidades, ou da apreensão das relações que unificam as partes em uma totalidade e ao mesmo tempo mantém as especificidades. E, o que é mais importante, usar esta capacidade para atuar política e produtivamente de modo a transformar a realidade, para o que é preciso ter método, paciência e disciplina.

2.3 O trabalho como princípio educativo e a formação do estudante no Ensino Médio Integrado

As diretrizes pedagógicas têm como direção a formação humana integral, omnilateral, de jovens que sejam capazes de apreender, compreender e transformar as relações sociais e de trabalho vigentes, a partir da vivência de relações pedagógicas que articulem trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Conforme explica Kuenzer (1989), tomar o trabalho como princípio educativo significa fundamentar os projetos de educação profissional integrados ao ensino médio nos princípios da formação humana integral comprometidos com a emancipação das pessoas e da sociedade, pela construção de relações solidárias, colaborativas, éticas e estéticas, fundadas na articulação entre trabalho, ciência e cultura como forças motoras da transformação social.

Para formar o profissional de novo tipo são necessários novos processos educativos que lhes permitam transitar da situação de meros espectadores para protagonistas de sua própria formação, a partir de situações intencionais e sistematizadas de aprendizagem organizadas pelos docentes, que lhes permitam estabelecer relações com a ciência, com o conhecimento técnico, tecnológico e com a cultura de forma ativa, construtiva e criadora; substituir a certeza pela dúvida, a rigidez pela flexibilidade, a recepção passiva pela atividade permanente na elaboração de novas sínteses que possibilitem o exercício profissional no futuro com qualidade e rapidez de resposta; a passagem da aceitação da autoridade para a autonomia, na perspectiva da autonomia ética e estética, permitindo que o/a estudante em formação avance, para além dos modelos pré-estabelecidos pela criação de novas possibilidades fundadas em sólidos argumentos.

Em decorrência, a proposta para a formação adotará uma perspectiva humanista e interdisciplinar, alinhada às diretrizes normativas. Essa abordagem será caracterizada pela relação indissociável entre teoria e prática, tomando a prática social inicial como ponto de partida. Além disso, será integradora, com o objetivo de compreender a prática profissional apreender a prática profissional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade.

A concepção de trabalho como princípio educativo remete a outros três pressupostos que garantirão sua objetivação: a concepção de conhecimento, a concepção de aprendizagem e a concepção de competência. Juntos, esses pressupostos orientarão a organização curricular e as práticas pedagógicas dos cursos de educação profissional integrados ao ensino médio.

2.4 O princípio da integração e a importância da formação continuada na instituição

Integrar requer pensar em todas as dimensões que compõem o espaço escolar. A integração de diferentes áreas do conhecimento requer não somente a integração das áreas ou das disciplinas em si, mas de pessoas, grupos, processos, setores institucionais, espaço escolar, comunidade etc. Ou seja, requer uma cultura para a integração. Dessa maneira, entendemos que há um objetivo comum que é integrar e que esse objetivo deve ser construído ao longo da nossa história institucional. Acreditamos que este documento pode ser uma etapa importante na construção dessa cultura integradora e que isso somente se materializa com vários esforços.



Quando falamos de integração há que se pensar em:

- Integração de pessoas - Há esforços para a integração da comunidade escolar? estudantes, professores, técnicos em assuntos educacionais, técnicos administrativos
- Integração de áreas do conhecimento e das disciplinas
- Integração dos processos operacionais
- Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão
- Integração dos setores administrativos e de ensino
- Integração do IFRO com a comunidade externa

A seguir, apresentamos o quadro com conceitos básicos envolvendo a integração.

Quadro 1: Conceitos básicos sobre integração

Área de Integração

É o espaço destino em cada ementa, que compõem o Projeto Pedagógico do Curso, destinado à descrição das disciplinas e seus conhecimentos que tem maior integração com a disciplina em questão. Essa identificação tem como objetivo a realização de um trabalho articulado/integrado com foco na formação qualificada do perfil do egresso (CONIF, 2016).

Currículo Integrado

A proposta de 'currículo integrado', faz o elo entre a formação geral, técnica e política, conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional, tendo o trabalho como princípio educativo. No 'currículo integrado' nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens (CONIF, 2016).

Conceitos Integradores/Geradores

É o espaço destino em cada ementa, que compõem o Projeto Pedagógico do Curso, destinado à descrição das disciplinas e seus conhecimentos que tem maior integração com a disciplina em questão. Essa identificação tem como objetivo a realização de um trabalho articulado/integrado com foco na formação qualificada do perfil do egresso (CONIF, 2016).

Ensino em tempo integral

[...] se o tempo de permanência diária na escola ou em atividades escolares totalizar, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 horas semanais. Nesse cálculo, para o ensino fundamental e ensino médio são considerados o horário da escolarização e da atividade complementar e, para a educação infantil, considera-se apenas o período da escolarização (INEP).

Formas de Integração

São metodologias, práticas pedagógicas, instrumentos que promovem a flexibilidade curricular e possibilitam a integração curricular, a politécnica, a formação omnilateral, o trabalho como princípio educativo e a dinamicidade à organização curricular, possibilitando maior integração do currículo. Podem ser considerados exemplos de formas de integração: Projeto Integrador, Atividades Complementares, Visitas Técnicas, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, Estudos de Caso, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório dentre outras que facilitam a aproximação entre trabalho, ciência e cultura (CONIF, 2016).

Prática Profissional Integrada

As Práticas Profissionais Integradas têm como objetivo articular os conhecimentos construídos nos diferentes componentes curriculares trabalhados em sala de aula, sendo uma proposta de atuação profissional, onde os professores planejam juntos buscando a flexibilização do currículo e a integração entre os diferentes conhecimentos, possibilitando ao aluno ampliar seus saberes e seus fazeres na sua formação e futura atuação profissional. É importante reforçar que as PPI devem ser pensadas e planejadas, tendo o perfil do egresso como base. As práticas profissionais integradas não se resumem a ações esporádicas ao longo do curso, sendo assim, devem ser planejadas no coletivo ainda antes do início do período (semestre se o curso for semestralizado ou ano se for anual) ou conforme previsto no próprio PPC do curso.) (CONIF, 2016).

Projeto Integrador

O Projeto Integrador é uma proposta de trabalho interdisciplinar que tem como objetivo integrar/inter-relacionar os conhecimentos nas áreas específicas e de conhecimentos gerais, promovendo o desenvolvimento de competências, a capacidade pessoal de pesquisar, mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, contribuindo para a formação integral do estudante (CONIF, 2016).

Fonte: Elaborado com base no documento do FDE/CONIF, Brasília, 11 de maio 2016.

2.5 Educação Inclusiva

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é um órgão de assessoramento diretamente ligado à Diretoria de Ensino (DE) no IFRO. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas educacionais voltadas às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

O público-alvo do NAPNE se constitui de: pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais de desenvolvimento, transtornos de aprendizagem, altas habilidades ou superdotação.

O NAPNE trabalha com o princípio de que o ensino inclusivo ocorra em salas de aula provedoras, em que todas as necessidades dos alunos tenham possibilidades de serem satisfeitas.

Atualmente, os Campi do IFRO em sua maioria, contam com uma infraestrutura adaptada (rampas, pisos táteis, banheiro adaptado, vagas no estacionamento reservadas para pessoas com deficiência). Para atendimento aos alunos surdos há intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que garantem a adequada comunicação dos discentes e fazem a mediação dos alunos e os docentes.

No que tange aos aspectos pedagógicos, é necessário desenvolver ações de adaptação e flexibilização curricular, a fim de assegurar o processo de aprendizagem, e com aceleração e suplementação de estudos para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Além disso, estimular a construção de tecnologias assistivas e demais materiais pedagógicos.

A equipe do NAPNE nos campi do IFRO em 2023, atendeu um total de 479 (Dado extraído do SUAP - Indicadores NAPNE) alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem. Além dos profissionais que atuam na equipe do NAPNE, há outros professores do IFRO que realizam parcerias com o núcleo.

Os alunos, público-alvo dos NAPNEs, são atendidos pelo Programa de Mediação Inclusiva, que é um recurso pedagógico de apoio ao ensino. Possibilita o acompanhamento individual do aluno no que se refere aos conteúdos do currículo.

A Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO prevê Programas de atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, que têm por finalidade garantir aos/às estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, orientá-los quanto à busca dos seus direitos, visando o combate a discriminações, diferenças e preconceitos, bem como aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas.

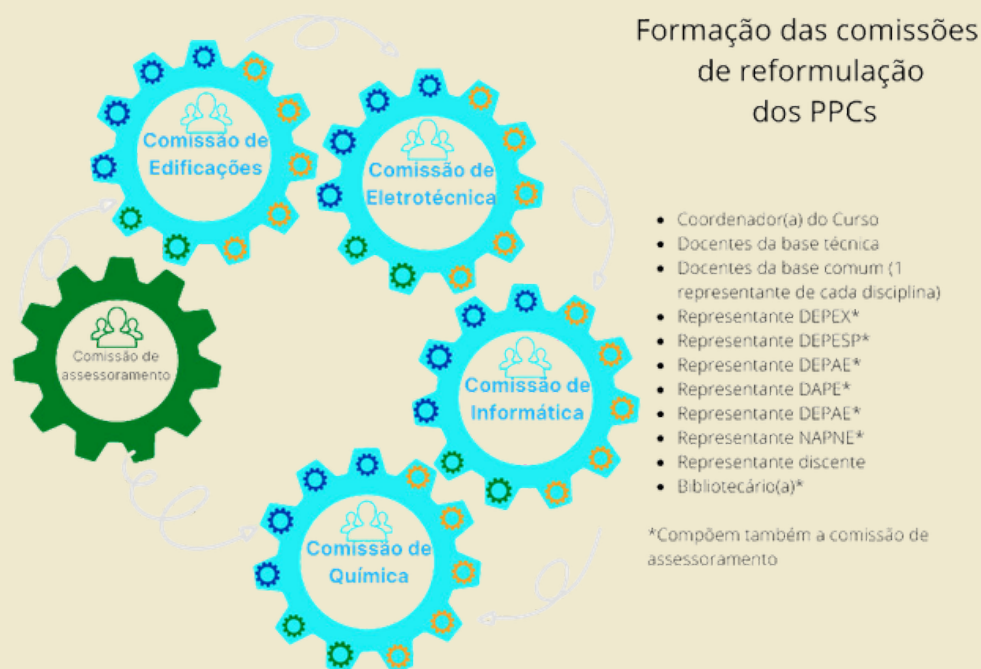
3 ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS

3.1 Formação da comissão

Embora a Resolução n.º 34/2020 estabeleça que a comissão de elaboração seja formada por/pelo a) Coordenador(a) do curso; b) Quatro docentes com formação na área do eixo tecnológico do curso a ser implantado; c) Quatro docentes da Base Nacional Comum Curricular; d) pedagogo ou um profissional da educação, com formação pedagógica, pertencente à equipe do Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE); e) representantes do Departamento de Extensão (DEPEX); Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) e f) bibliotecário.

Compreende-se que a reformulação dos PPCs representa um trabalho coletivo e democrático, que se assinala pelo planejamento conjunto da comunidade escolar. Logo, recomenda-se que a reformulação dos PPCs seja desenvolvida por professores da base técnica e da base comum de todas as áreas do conhecimento, e que o pedagogo dê o aporte pedagógico necessário ao encontro da finalidade da EPT, além de representantes do DEPEX, DEPESP, DEPAE, DAPE e bibliotecário. Nessa direção, a figura 02 representa a formação das comissões responsáveis pela reformulação.

Figura 2: Formação das comissões de reformulação



3.2 Fluxograma geral da criação/ de reformulação dos PPCs

3.2.1 Fluxo geral

A seguir, apresentamos a figura 3 com o fluxo geral do processo de reformulação dos PPCs. O fluxo do processo completo pode ser consultado no [Anexo 1: fluxograma do processo de reformulação dos PPCs.](#)

Figura 3: Fluxo do processo de reformulação do PPC



*PPC - Projeto Pedagógico de Curso/DE - Direção de Ensino/ DAPE - Departamento de Apoio ao Ensino/ NDE - Núcleo docente estruturante (graduação)/ PRODIN - Pró-reitoria de desenvolvimento institucional/ PROEN- pró-reitoria de ensino/ CENTEC - Coordenação de ensino técnico/ CGRAD- Coordenação de graduação/ DG - Direção Geral/ CEPEX - Conselho de Ensino, pesquisa e extensão/ CONSUP - Conselho Superior/ AP Análise Preliminar

Fonte: elaborado pela CENTEC com base nos documentos regulatórios vigentes.

3.3 Base Legal

O processo de elaboração ou reformulação dos PPCs no âmbito do IFRO é regido por vários dispositivos legais internos e externos, que tratam sobre diversos aspectos a serem detalhados dentro do documento, além de constarem orientações acerca da organização do texto e seus pressupostos pedagógicos e filosóficos. Com o objetivo de facilitar a localização das informações nos dispositivos legais, apresentamos o [Anexo 2](#), que trata das principais resoluções, como um material de apoio para as comissões responsáveis pela elaboração ou reformulação dos PPCs, com a sintetização dos pontos centrais destes regramentos. O quadro abaixo mostra o conteúdo do [Anexo 2](#).

Para consultar o guia da base legal, acesse o [Anexo 2: Base legal deste documento aqui](#).

Quadro 1: Resoluções resumidas

1. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Resolução CNE/CP Nº 1/2021	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
2. Regimento Geral do IFRO	Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
3. Regulamento de procedimentos para elaboração, reformulação, e atualização de projetos pedagógicos	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de procedimentos para elaboração, reformulação, e atualização de projetos pedagógicos, e a suspensão e extinção da oferta de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

4. Regulamento da Organização Acadêmica	Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
5. Diretrizes Indutoras para o EMI Resolução n.º 32/REIT - CONSUP/IFRO/2021	Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
6. Resolução do TCC	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
7. Regulamento de Estágio	Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
8. Resolução 56/REIT-CONSUP/IFRO/2016	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Certificação de Conhecimentos para Dispensa de Disciplinas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
9. Projeto Pedagógico Institucional - PPI & PDI	Projeto Pedagógico Institucional inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do quinquênio vigente.

Fonte: elaborado pela comissão

4 ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DEMOCRÁTICO

Nesta seção apresentamos alguns modelos e instrumentos que podem auxiliar na condução dos trabalhos das comissões de elaboração e reformulação dos PPCs.

O processo democrático de elaboração e reformulação dos PPCs requer a participação coletiva e ativa dos membros da comunidade escolar. Para tanto, o papel de coordenador dos trabalhos e das equipes é fundamental para que o projeto expresse a história, a identidade e os anseios da comunidade educacional.

4.1 O trabalho de elaboração e reformulação dos PPCs

Nessa seção, apresentamos o percurso necessário para concretização de uma elaboração e reformulação do PPC condizente com a realidade social e econômica, e que expresse as contribuições do curso para o desenvolvimento regional. Dessa forma, elencamos os principais tópicos de um PPC e como o colegiado deverá proceder em sua reformulação. Vale ressaltar que, as questões evidenciadas são orientativas e deverão ser enriquecidas pela comunidade escolar. Além disso, essas questões não se apresentam de forma sistematizada, conforme preconiza a resolução nº 34/2020 REIT/CONSUP, pois para atender a essa estrutura teremos o documento modelo do PPC disposto no [Anexo 3](#).

4.1.1 Diagnóstico da realidade

O processo de construção de elaboração e reformulação de um projeto pedagógico de curso, deve tomar como ponto de partida a realidade socioeconômica e cultural na qual o curso se situa. Dessa forma, é necessário conhecer essa realidade para poder intervir sobre ela. Por isso, como ponto de partida para a organização curricular e sua implementação/reformulação, deve-se garantir o diagnóstico da prática social e dos processos de trabalho.

1º Diagnóstico do contexto regional, analisando os condicionantes socioculturais, econômicos e políticos, que são pertinentes para o campus e o curso.

2º Diagnóstico dos processos de trabalho que são objeto do curso. Ver [Anexo 4 "Roteiro para analisar os processos de trabalho que são objeto do curso".](#)

3º Diagnóstico dos egressos do curso, bem como o acompanhamento dos (as) estudantes egressos com deficiência, com o objetivo de investigar a área de atuação dos egressos do curso. Para esse diagnóstico é importante consultar o DEPEX.

4º Diagnóstico do público alvo, possibilitando a caracterização dos interesses e necessidades dos educandos. Destaca-se a necessidade de investigar os (as) estudantes com deficiências e transtornos de aprendizagem, suas dificuldades e potencialidades.

A partir do diagnóstico realizado, o colegiado do curso deverá sistematizar e analisar as informações coletadas com objetivo de responder algumas perguntas:

- a) Qual é a relevância do curso para a região?
- b) Como o curso se alinha com o desenvolvimento regional (economia, cultura, sociedade, meio ambiente, diversidade),
- c) Qual é a contribuição do curso para os arranjos produtivos, sociais e culturais locais (Articulação com a socioeconômica e cultura local)?
- d) Quais demandas foram identificadas no diagnóstico e o que pode ser previsto no PPC reformulado?

Em síntese, o diagnóstico tem por objetivo a problematização dos fenômenos, os condicionantes significativos e relevantes, para compreendermos o contexto em que vivemos, bem como os processos de trabalho da área profissional a qual se pretende formar, em suas múltiplas dimensões: tecnológica, econômica, científica, histórica, ambiental, social, cultural etc.

4.1.2 Definição do perfil do egresso

A partir da análise das respostas obtidas por meio do diagnóstico, o colegiado de curso deverá proceder com a definição do sujeito que deseja formar. O que se refere ao perfil do egresso.

O perfil do egresso deve partir do pressuposto do **trabalho como princípio educativo**, isso significa fundamentar os projetos de educação profissional integrados ao ensino médio nos princípios da formação humana integral comprometidos com a emancipação das pessoas e da sociedade.

Para tanto, o perfil do egresso deve expressar a formação humana integral, fundada na articulação entre as dimensões do **trabalho, da ciência da tecnologia e da cultura** como forças motoras da transformação social. Levando em consideração a definição do perfil estabelecida pela CNCT às demandas e inovações do mundo do trabalho e a formação integral dos educandos para resolverem problemas da prática social e produtiva.

Soma-se a isso, a necessidade de fomentar uma política para os egressos com deficiência, com vistas a estimular a inclusão para o trabalho e sua efetiva integração na vida em sociedade.

4.1.3 Objetivos do curso

A partir da definição do perfil do egresso, é necessário construir o objetivo geral e os objetivos específicos do curso.

A definição do objetivo geral deve tomar como ponto de partida o perfil do egresso, relacionado às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, no contexto econômico, histórico, ambiental, social, cultural etc.

Já os objetivos específicos, deverão representar cada etapa que os (as) estudantes deverão alcançar a partir da formação. Dito de outra forma, os objetivos específicos representam etapas do percurso necessário para se atingir o objetivo geral.

4.1.4 Matriz curricular

Considerando o diagnóstico realizado (problematização dos fenômenos), a definição do perfil do egresso, e o objetivo estabelecido, o próximo passo que o colegiado deve tomar refere-se ao desenho da matriz curricular para o curso.

De acordo com Ramos (2008), para o desenho do currículo integrado, é necessário explicitar as teorias e conceitos fundamentais que viabilizam a compreensão das múltiplas dimensões, dos fenômenos problematizados, indicando os respectivos **campos da ciência** (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais), identificando suas relações com outros conceitos do mesmo campo (**disciplinaridade**) e de campos distintos do saber (**interdisciplinaridade**).

Nessa direção, as questões norteadoras que deverão orientar o trabalho de reformulação da matriz são:

Quais campos da ciência corroboram com os processos de trabalho da área profissional a qual se pretende formar?

Quais são as teorias e conceitos fundamentais que viabilizam a compreensão das múltiplas dimensões (tecnológica, econômica, científica, histórica, ambiental, social, cultural etc.)?

Quais relações podemos estabelecer entre as diversas áreas do conhecimento?

Para a redefinição do marco curricular, se faz necessário prever um currículo que cumpra com os princípios da EPTC. Para tanto, apresentamos os princípios que fundamentam o currículo na EPCT.

A concepção do currículo do Ensino Médio Integrado tem como fundamento o trabalho como princípio educativo, que significa fundamentar os projetos de educação profissional integrados ao ensino médio nos princípios da formação humana integral comprometidos com a emancipação das pessoas e da sociedade, pela construção de relações solidárias, colaborativas, éticas e estéticas, fundadas na articulação entre trabalho, ciência e cultura como forças motoras da transformação social.

Assim a organização curricular deve favorecer à integração, considerando os princípios da formação integral, *omnilateralidade* e politecnia. Nessa direção, compreende-se:

- A concepção de formação humana *omnilateral*: integração de todas as dimensões (o trabalho, a ciência e a cultura) da vida no processo formativo;
- Educação *politécnica*: domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, por meio da relação entre educação básica e profissional.
- Relação entre *parte e totalidade* na proposta curricular.
- **Currículo integrado**: desenvolvimento de forma integrada dos diversos conhecimentos, tendo o trabalho, como o princípio educativo integrador de todas essas dimensões.

Vale ressaltar que para a consolidação de uma proposta de currículo integrado é necessário compreender que o processo educacional e de desenvolvimento humano se estabelece de forma dialética, isso significa que as partes, não se estabelecem como um fim em si mesmas, mas pelo contrário, elas se relacionam diretamente com a totalidade concreta. Nessa direção, a matriz curricular representa o corpo teórico e conceitual do conhecimento historicamente sistematizado, o patrimônio cultural da humanidade, necessários para o desenvolvimento humano. Dessa maneira, a organização do currículo deve considerar que a produção do conhecimento resulta da articulação entre parte e totalidade:

[...] para conhecer, é preciso operar uma cisão no todo, isolando temporariamente os fatos, este processo só ganha sentido quando se reinsere a parte na totalidade, compreendendo as relações que entre elas se estabelecem. Pela análise da parte, atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; a parte, por sua vez, só pode ser compreendida a partir de suas relações com a totalidade. Parte e totalidade, análise e síntese, são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos (DIRETRIZES CALAMA).

Com efeito, a relação entre parte e totalidade remete à necessidade de articulação entre os diversos campos do conhecimento disciplinar, em busca das relações e interfaces, através da interdisciplinaridade. A produção do conhecimento é interdisciplinar, o que implica na articulação entre os diversos campos do conhecimento que, por sua vez, também articulam práticas sociais, culturais, políticas e produtivas (DIRETRIZES CALAMA).

Dito de outra forma, a interdisciplinaridade não implica na negação da disciplina, pois para apreender e sistematizar a totalidade das relações interdisciplinares é necessário o recorte disciplinar, sendo um movimento contínuo entre essas dimensões: disciplinar e interdisciplinar.

Esclarecida a concepção de currículo, partimos para sua fundamentação normativa. À luz da Resolução CNE/CP n.º 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, bem como as diretrizes Indutoras do IFRO (Resolução n.º 32/REIT-CONSUP/IFRO, de 17 de dezembro de 2021) e as orientações do CONIF (2016; 2018 e 2021), a organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio será estruturada por três núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Profissional e Núcleo Politécnico, os quais são perpassados pela Prática Profissional Integrada e articulam-se com as com Práticas Integradoras:

O **Núcleo Básico** refere-se à organização dos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos elaborados e sistematizados pela humanidade, inerentes a educação básica. Logo, o núcleo básico deve garantir a oferta de todos os componentes curriculares da formação básica.

O **Núcleo Tecnológico** é composto pelos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O Núcleo Politécnico compreende a articulação entre trabalho, ciência e cultura, de modo a assegurar o elo entre o Núcleo Tecnológico e Núcleo Básico. Fomentando as metodologias integradoras para a concretude da formação integral, da politecnia, da omnilateralidade e da interdisciplinariedade.

Abaixo, na figura 3, mostramos a representação gráfica do percurso formativo (modelo da informática).

Figura 3: Representação gráfica do percurso formativo

		NÚCLEO BÁSICO	ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	NÚCLEO POLITÉCNICO	ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	NÚCLEO TECNOLÓGICO
1º ano	14 disciplinas	• Língua Portuguesa e Literatura Brasileira • Educação Física • Geografia • Química • Física • Biologia • Matemática		• Arte • Filosofia • Sociologia • Língua Estrangeira Moderna: Inglês • Introdução à Tecnologia Informação • Práticas Integradoras		• Lógica de programação • Instalação e manutenção de computadores
2º ano	17 disciplinas	• Língua Portuguesa e Literatura Brasileira • Educação Física • Geografia • História • Química • Física • Biologia • Matemática		• Filosofia • Sociologia • Língua Estrangeira Moderna: Inglês • Língua Estrangeira Moderna: Espanhol • Orientação para Prática Profissional e Pesquisa • Prática Profissional supervisionada • Práticas Integradoras		• Linguagem de Programação • Programação Orientada a objetos • Fundamentos em Análise de Sistemas • Banco de Dados I
3º ano	15 disciplinas	• Língua Portuguesa e Literatura Brasileira • Educação Física • História • Química • Física • Matemática		• Filosofia • Sociologia • Língua Estrangeira Moderna: Espanhol • Empreendedorismo • Saúde e Segurança no Trabalho • Prática Profissional supervisionada • Práticas Integradoras		• Banco de Dados II • Redes de Computadores • Projeto e Desenvolvimento de Sistemas • Programação Web

Fonte: elaborada pela 1ª comissão.

A partir dos pressupostos que fundamentam o EMI, com destaque à formação integral, politécnica, ancorada na integração entre as disciplinas técnicas e propedêutica, compreende-se que essa só poderá ser viabilizada pelo planejamento coletivo.

Ao definirem as disciplinas e conteúdos que irão compor a matriz curricular, de forma coletiva, será possível estabelecer o que é comum e específico de cada disciplina. E assim indicar as possibilidades para a integração curricular. Por isso, orienta-se que a discussão e elaboração da matriz curricular seja realizada com todos os membros da comunidade escolar.

4.1.5 Práticas profissionais: estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

As práticas profissionais tem caráter obrigatório e consiste em meios para praticar e vivenciar os conhecimentos, desta forma, promovendo a efetivação do curso, podendo ser: **estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. O estágio é um importante elemento que integra educação e trabalho. Além do estágio supervisionado, há outras atividades equiparáveis ao estágio, como exemplo experiências profissionais prévias, trabalho de conclusão de curso, quando não houver possibilidade para estágio.

O **regulamento de estágio** estabelece como atividades equiparáveis ao estágio a) atividades de extensão, b) monitoria, c) pesquisa. Para o aproveitamento, a resolução prevê para a) empregado ou servidor público, b) autônomo, c) empresário e d) atuante em programas de aprendizagem. Para maiores informações consulte o [Anexo 2 - Base legal](#) que resume a resolução em questão.

Partindo da fundamentação do trabalho como princípio educativo na EPT, devemos considerar que o processo de ensino e aprendizagem não deve ser desvinculado do mundo do trabalho, isso implica na superação de práticas pedagógicas desvinculadas do movimento da realidade histórico-social. Logo, não devemos tomar o estágio apenas como um apêndice do processo de formação do educando, mas sim, como uma possibilidade de articular teoria e prática, pelo tratamento de situações concretas do mundo do trabalho. Para tanto, sugere-se que durante o percurso formativo sejam planejadas e ofertadas práticas integradoras ao mundo do trabalho.

Tais práticas são constituídas pela observação, coparticipação e intervenção na realidade, que perpassam o percurso formativo dos estudantes, conforme expresso no quadro 01:

Quadro 2: Etapas de estágio supervisionado - ver CH do CNCT

Ano	Práticas integradoras ao mundo do trabalho e sua relação com o estágio supervisionado	Descrição	CH
1º	Observação do mundo do trabalho	Observação guiada das práticas sociais no mundo do trabalho (que exerçam trabalhos afins na área do curso. Ex. visitas técnicas.).	20h
2º	O mundo do trabalho na escola	Colaboração entre empresa/escola para apresentação das práticas do trabalho na área de formação.	40h
3º	Intervenção	Intervenção das práticas sociais no mundo do trabalho (que exerçam trabalhos afins na área de formação).	240h

Fonte: elaborado pela comissão.

4.1.6 Metodologia

A partir da definição da matriz curricular, devemos estabelecer os procedimentos metodológicos do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, é importante que cada colegiado estabeleça as metodologias necessárias para operacionalização do currículo.

Salienta-se que a proposta da matriz curricular se desenvolve tendo como ponto de partida a prática social inicial dos (as) estudantes, problematizada e sistematizada pela mediação do trabalho pedagógico, por meio das atividades teórico-práticas, possibilitando a compreensão e o aprofundamento, para a concretização de novas práticas sociais.

Nessa direção, elencamos algumas questões norteadoras para orientar os trabalhos:

a) A metodologia (desenvolvimento) permite a transmissão e assimilação ativa do conteúdo possibilitando a transformação da prática social?

b) As estratégias metodológicas que serão desenvolvidas nas atividades estão organizadas de acordo com os conteúdos selecionados?

c) A metodologia permite ou possibilita a interdisciplinaridade entre diferentes áreas de conhecimento?

d) A metodologia explora as questões políticas, econômicas e sociais a ponto de desenvolver o senso crítico dos (as) estudantes?

4.1.7 Avaliação

Esta subseção apresenta um recorte do item sobre avaliação da aprendizagem das Diretrizes Pedagógicas para a elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFRO. Recomenda-se que o documento seja lido na íntegra.

A avaliação, deverá se estabelecer de forma permanente e processual, intrínseca às relações de ensino e aprendizagem, não podendo se reduzir a momentos determinados do trabalho educativo, geralmente circunscritos à análise de um produto final.

Deve vincular-se ao acompanhamento da capacidade do sujeito enquanto estudante, de aprender interferindo no processo, descobrindo novas dimensões, recriando realidades a partir de novos aportes teóricos, das interações com docentes e com colegas. Nesse sentido, a avaliação integra a perspectiva emancipatória expressa nos pressupostos e princípios enunciados nesse texto.

A avaliação está, portanto, articulada a uma concepção de conhecimento que avalia os processos de formação das/os estudantes, em sua capacidade de compreender a complexidade da totalidade a partir da compreensão das partes e das relações que estabelecem entre si. Incidindo sobre a capacidade de reelaboração e produção de conhecimentos empreendida pelos (as) estudantes.

Essa prática de avaliação compõe-se de vários procedimentos para identificar a progressão da aprendizagem das/os estudantes a partir dos objetivos formulados, bem como adequar as atividades formativas, incluindo as teóricas e as práticas realizadas. Para sua realização poderão ser previstos os seguintes procedimentos:

- grupos focais ao longo dos cursos, com o objetivo de identificar os pontos fortes, os pontos que demandam atenção e as sugestões para melhoria;
- avaliação das atividades formativas, que terá por finalidade a verificação da qualidade do ensino, do desenvolvimento das/os estudantes, o constante aperfeiçoamento das estratégias adotadas e as práticas docentes;
- autoavaliação, realizada em todas as ações formativas, para que as/os estudantes possam refletir continuamente sobre o desenvolvimento alcançado em cada etapa de seu processo de formação.

A avaliação deverá ter natureza contínua, realizada através de observação e de análise das tarefas realizadas durante os cursos. A avaliação da aprendizagem se dará de forma interativa e conjugada com técnicas como debates em fóruns, resumos de leitura, estudos de caso, trabalhos individuais e em grupo, solução de problemas (simulados ou reais), execução de atividades simuladas, entre outras propostas pelas/os docentes.

Além disso, na avaliação da aprendizagem é necessário incluir a avaliação do desempenho dos estudantes durante a formação supervisionada, mediante um roteiro de avaliação de atividades, elaborado pelo Colegiado do Curso.

4.2 Modelos de instrumentais

A seguir apresentamos um modelo de plano de trabalho, o qual deve ser elaborado por cada comissão e enviado para o DAPE. Além disso, considerando que o PPC é um documento vivo, dinâmico e norteador, é imprescindível uma constante avaliação do que está dando certo e o que precisa ser aprimorado. Por isso, propomos um modelo para avaliação contínua dos PPCs, para registro e sistematização dos dados para futuras reformulações.

4.2.1 Plano de Trabalho

Após a comissão ser instituída, o primeiro passo é elaborar o plano de trabalho, o qual deve conter: a) nomes e áreas dos membros da comissão; b) período; c) ações; d) metodologia; e) roteiro para condução dos trabalhos; g) cronograma.

O plano de trabalho deve ser enviado à DE/DAPE para que os setores possam acompanhar e orientar os trabalhos. Para elaborá-lo acesse o [Anexo 5: Modelo de plano de trabalho](#).

4.2.2 Instrumento de avaliação do PPC

Para garantir melhorias permanentes e a execução do ciclo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, é necessário que a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso seja uma prática constante, prevista anualmente. O resultado da avaliação deve ser registrado e alimentar futuros planejamentos. O [Anexo 6](#) trata-se de um instrumento que pode ser usado para avaliar os PPCs.

Recomenda-se que a avaliação seja realizada na primeira reunião de Colegiado de cada ano letivo. Clique aqui para acessar o [Anexo 6 - Instrumento de avaliação do PPC](#).

4.2.3 Planilha para o planejamento integrado

O planejamento do currículo integrado implica em uma ação conjunta dos docentes da base comum e profissionalizante, com vistas à integração dos diversos campos do conhecimento. Todavia, a organização desse currículo não se estabelece pela justaposição dos componentes curriculares técnicos, estruturantes e socioculturais, mas sim pela busca pela unidade entre as diferentes disciplinas e formas de conhecimento. Compreende-se que o processo de integração tem como ponto de partida o planejamento coletivo, pois a ausência desse planejamento coletivo culmina na desvinculação da interação, no esfacelamento do currículo e, conseqüentemente, em uma formação fragmentada.

[...] a integração de conhecimentos no currículo depende de uma postura nossa, cada qual de seu lugar; o professor de Química, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa etc podem tentar pensar em sua atuação não somente como professores da formação geral, mas também da formação profissional, desde que se conceba o processo de produção das respectivas áreas profissionais na perspectiva da totalidade. Essa concepção não se confunde com tornar as disciplinas da formação geral somente como instrumentais à formação profissional. [...] Não se trata de somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros, mas sim de sua integração na perspectiva da totalidade (RAMOS, 2008, 16-17).

Nessa direção, os instrumentais do Anexo 7 (A e B) foram organizados para subsidiar a sistematização do planejamento pedagógico integrado e participativo.

O Anexo 7A oferece uma proposta de planejamento para a integração curricular dos diversos campos do conhecimento, estabelecendo os objetivos e métodos para um projeto unitário, que supere a clássica dicotomia entre base comum e profissionalizante. Já o Anexo 7B contém a proposta de desenho da matriz curricular para os cursos do EMI.

4.2.4 Anexo 8: Modelo de Plano de Disciplina

A partir do perfil do egresso e da matriz curricular, o plano de disciplinar deverá prever a ementa da disciplina, os objetivos, a proposta de integração e as referências bibliográficas. Considerando o trabalho coletivo e que o plano de disciplina deve representar a integração planejada, o anexo 8 traz o modelo de plano de disciplina.

5 ETAPAS

Nesta seção apresentamos os passos necessários em prol da elaboração e reformulação dos PPCs dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO.

5.1 Momentos Formativos

No âmbito do IFRO, um dos desafios para a consolidação da nossa identidade institucional está relacionado à formação continuada dentro dos princípios da EPT. Nessa direção, tomando o currículo integrado e o planejamento coletivo como elementos estruturantes da formulação e reformulação dos PPCs do EMI, é fundamental uma formação sólida, capaz de instrumentalizar teórica e metodologicamente o processo de ensino e aprendizagem. Qualquer modelo de educação que pretenda modificar a prática social deve partir da premissa que é preciso um aprofundamento e domínio da teoria para a aplicação prática.

Para tanto, a formação continuada representa o elemento balizador para desenvolvermos um trabalho de qualidade com foco nos objetivos e finalidades do IFRO. Sendo assim, a PROEN vem fomentando a formação continuada, por meio de um catálogo de formadores, no qual profissionais se disponibilizam para realizar formações junto a seus pares.

Além disso, os campi também se mobilizaram para realizar formações continuadas. A formação intitulada "Trilha Formativa para a Educação Profissional e Técnica no Ensino Médio Integrado", buscou promover o debate e reflexão sobre currículo, teorias pedagógicas, trabalho educativo, políticas públicas para a educação e sociedade, com foco na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Ensino Médio Integrado.

O público-alvo das formações foi docentes e demais servidores ligados ao ensino, para que ao final os servidores estivessem mais instrumentalizados para pensar e agir sobre o currículo e as reformulações curriculares, em defesa de uma educação integral e integrada.

No campus Calama, a Trilha Formativa contou com um grupo de trabalho que desenvolveu três rodas de conversas sobre Teorias Pedagógicas e Trabalho Educativo e Princípios da EPT, Currículo Integrado e Educação Integral e Reformulação Curricular. Além de palestras com os professores, Acácia Kuenzer, Newton Duarte, Gaudêncio Frigotto, Marcelo V. Heeren e Marise Ramos, destinadas a promoverem discussões sobre politecnia, currículo integrado, formação integral e relação da educação com o mundo do trabalho.

Destaca-se que todo processo de planejamento educacional envolve de forma intrínseca a formação e intercâmbio dos sujeitos envolvidos. Por isso, qualquer processo de formulação e reformulação de PPC deve, prioritariamente, garantir momentos de reflexão, discussão e formação.

Nesse sentido, vale destacar que a Pró-reitoria de Ensino promoveu diversas formações entre os anos de 2022 e 2023 vislumbrando as reformulações curriculares, com foco no fortalecimento da identidade da Educação Profissional e Tecnológica no IFRO, com destaque para importantes participações/temas de referência como Acácia Kuenzer_sobre Princípios da Pedagogia do Trabalho, Eliezer Pacheco sobre a Identidade dos Institutos Federais, Dante Moura_sobre Trabalho e Educação nos IFs, Carla Ariela R. Viralonga sobre o papel da EPT na construção dos alunos da Educação Inclusiva etc.

5.2 Orientações para a elaboração e reformulação dos PPCs

Este documento, cujo propósito é de definir as Orientações Básicas para a Reformulação de PPCs do EMI, pode auxiliar a comissão a planejar o processo. É importante revisar as etapas e construir o plano de trabalho, selecionando os instrumentais que o grupo irá utilizar e desenvolvendo outros pertinentes.

Os modelos e roteiros têm a finalidade de tornar o processo mais dinâmico e sistematizado, otimizando o tempo, considerando que todos/as os/as servidores/as já possuem carga horária de trabalho elevada.

5.3 Análise SWOT dos PPCs do EMI

Por meio da ferramenta "Análise SWOT (*Strengths, weaknesses, opportunities and threats*)", que em vernáculo é chamada de "FOFA" e trata da detecção das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Usada para analisar cenários e embasar a tomada de decisões essa ferramenta nos permite um levantamento de situações que podemos prever para propor ações de enfrentamento e sucesso.



Então, sugere-se a seguinte dinâmica:

- Organizar a comissão em grupos em que possam discutir sobre o tema (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).
- Os grupos devem revezar nos temas;

Após completar o rodízio, o representante de cada mesa deve apresentar as ideias do grupo;

Durante a atividade, um profissional acompanha os grupos para prestar ajuda e esclarecimentos aos participantes.

Após apresentar os aspectos levantados para dar início à redação do perfil do egresso que não se define apenas pelo CNTC.

5.4 Definição do Perfil do Egresso

A partir da Análise SWOT, será possível dar início às reflexões, a captação de dados e a redação do Perfil do Egresso.

As comissões devem fazer ou buscar pesquisas com os egressos do curso para coletar dados sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas por eles e verificar a aderência do mercado a esses profissionais. Além disso, é relevante uma sondagem junto às empresas das áreas relacionadas aos cursos técnicos para verificar as demandas específicas de mão de obra que elas dispõem e que possam impactar no tipo de formação a ser ofertada pelo IFRO, além de checar a possibilidade da empresa em contratar estagiários vinculados à instituição.

Munidos destes dados, considerando a formação exigida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e as orientações pedagógicas descritas aqui, dá-se início à redação do Perfil do Egresso por meio de reuniões organizadas pelas coordenações de curso e assessoradas pela Comissão Geral de elaboração ou Reformulação. Nesses encontros, as minutas podem ser apresentadas aos presentes e as sugestões de alteração que estavam em concordância com o dito pelo grupo podem ser inseridas no texto. Após, o texto passa por análises da Comissão, que faz sugestões de alterações a serem discutidas por todo o grupo.

5.5 Planejamento dos Conteúdos Estruturantes

Definida a primeira minuta do perfil do egresso, a Comissão de Alteração ou Reformulação poderá utilizar-se do material Currículo de Referência do IFRO e propor a integração entre os componentes curriculares. Seria interessante pensar nos conteúdos estruturantes de cada disciplina do núcleo tecnológico, considerando que já teremos do núcleo básico.

Logo a definição do Plano de Disciplina ([Anexo 8](#)).

Estas discussões sobre a matriz curricular, uma vez que demandam uma alteração expressiva nas disciplinas que serão ofertadas em virtude das novas configurações do perfil do egresso, são importantes para construção de matriz consolidada.

5.6 Avanço nas discussões e refinamento do Perfil do Egresso

Para refinamento do perfil do egresso, socializamos a experiência realizada no âmbito do IFRO Campus Calama na reformulação dos PPCs do EMI.

Passo a passo realizado:

- Os professores foram divididos de acordo com as lotações por Coordenação.
- Inicialmente, foi pedido a todos os participantes para lerem a Minuta do Perfil do Egresso, que estava colada na parede da sala, refletirem e anotarem individualmente sobre o que é necessário ser modificado no texto. Para isso foi dado o tempo de cinco minutos.
- Em seguida, pedimos aos participantes que formassem duplas, e demos mais cinco minutos para que estes discutissem os pares as suas percepções sobre o texto.
- Após, pedimos as duplas que se juntassem e compusessem grupos de quatro pessoas, e argumentassem entre si sobre os apontamentos já feitos no período de 10 minutos.
- Depois, solicitamos aos grupos que nomeassem um responsável por apresentar as ideias do grupo no tempo de 3 minutos.
- Todos os grupos apresentaram e as discussões foram mediadas por dois membros da Comissão Geral de Reformulação.

Seguidamente, foi solicitado a todos os professores presentes que refletissem em 10 minutos sobre a seguinte pergunta: "Qual é a contribuição da sua área de conhecimento para alcançar a formação proposta pelo Perfil do Egresso?", e anotassem as suas respostas em um papel colável (post-it). Em seguida, pedimos que os docentes compartilhassem com o grupo em voz alta o que escreveram e colassem o post it em um boneco que estava desenhado no cartaz que continha o Perfil do Egresso. Essa dinâmica serviu para que os professores presentes se enxergassem como parte necessária do todo.

No período da tarde, após a segunda palestra, foi proposta a dinâmica do Museu de Conteúdos como forma de exercício reflexivo para pensar as maneiras de integrar. Para essa atividade, foram colados nas paredes cartazes contendo os nomes das disciplinas e os conteúdos estruturantes das mesmas. Como neste momento os componentes curriculares da área técnica ainda não haviam concluído as modificações, os conteúdos colados foram aqueles que estavam nas ementas dos PPCs vigentes. Então, foi dado o tempo de 15 minutos para que os professores andassem pela sala lendo os cartazes na parede, e refletissem sobre a seguinte pergunta "Como os conteúdos da minha disciplina podem ser integrados com outras?".

Em seguida, solicitou-se aos docentes que sentassem e formassem uma roda, e pediu-se que cada um compartilhasse com o grupo o que havia escrito. Nesse momento, os próprios professores verificaram que existem muitas disciplinas que podem ser interligadas, alguns pensaram inclusive na execução de projetos em conjunto. Durante as apresentações, as condutoras da dinâmica fizeram apontamentos no sentido de incentivá-los a promoverem a integração, e de pensarem na importância deste aspecto estar contemplado nos PPCs, para facilitar assim a sua execução futura e a construção do Plano de Disciplina, que deverá prever antecipadamente as possibilidades de integrar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [2017]. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB no 6, de 05 de janeiro de 2021.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE, 2021. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 001, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.5, n.8, p.27-41, 2011. Disponível em: www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/45/42. Acesso em: 26 jan. 2019.

CONIF/FDE. **Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo integrado no âmbito das Instituições da Rede EPCT conforme Lei 11.892/2008**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Documento-Base-ensino-m%C3%A9dio-integrado-na-Rede-EPCT-FDE-maio-2016.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CONIF/FDE. **Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.conif.org.br/images/Diretrizes_EMI__Reditec2018.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

CONIF/FDE. **Análise da resolução 01/2021/CNE E Diretrizes para o Fortalecimento da EPT na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2021. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/An%C3%A1lise_Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_2021_e_Diretrizes_para_EPT_na_RFEPT.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

FRIGOTTO; CIAVATTA, M.; RAMOS M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS M. (orgs). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da Pós-Graduação – de 2008 a 2014. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 83-148.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, 2010, vol.31, n.112, pp. 851-873. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/V3FQ7X6WwDB3vxLFRsy4Qmc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2020.

KUENZER, A. Z. A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados; HISTEDBR, 2005. p. 77-96.

KUENZER, A. Z. Ensino de 2º. grau. O trabalho como princípio educativo. **Revista Cadernos Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 21-28, fev, 1989.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008.

Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS M. (orgs). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.